



Lindberg: prioridade é aumentar renda e não fazer novas cidades



Paulo Octávio: "A região da Santa Prisca deveria ser preservada"



Lourival Dantas: "Precisamos de um local definido para a indústria"

Empresários querem setor industrial

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial está nas ruas. Nome extenso e o apelido de "pêdote", o PDOT deixa os gabinetes e vira estrela de debates. O projeto ganhou espaço porque fez barulho. É o resultado de uma polêmica votação de final de ano na Câmara Legislativa, seguida de seis vetos do governador Cristovam Buarque ao texto.

Essa semana há pelo menos três encontros agendados para discutir o assunto. Os integrantes do Fórum Brasília Século 21 se reúnem para tratar do plano. Uma das maiores preocupações da organização não-governamental é garantir que o projeto assegure a qualidade de vida do Distrito Federal. A Federação do Comércio ocupa a reunião de quarta-feira com o tema. O Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-DF) promoverá um amplo debate sobre os vetos impostos pelo governador, em sua sede, na L2 Sul, às 19h de quarta-feira.

"No início desse processo, fizemos críticas ao governo porque achávamos que ele não dava a ênfase necessária à condição de capital tombada pelo Patrimônio Histórico. Mas nos disseram que isso seria corrigido no Plano Diretor Local de Brasília", disse Sérgio Parada. Ele evitou comentar a cara do PDOT depois de passar por deputados e vetos. Prefere ouvir na quarta-feira o que pensam os outros arquitetos.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) saiu na frente, inaugurou as discussões sobre o PDOT nos dias 19 e 20 de fevereiro. Houve de tudo. Troça de insultos e tapas entre os convidados. "Nós abrimos a discussão porque não somos favoráveis à criação de novas zonas urbanas de dinamização. Não há mercado de trabalho que justifique se fomentar o adensamento populacional", explicou Luiz Filipe Coelho, presidente da

OAB-DF. "Isso não significa uma questão pontual contra essa fazenda, a Santa Prisca, mas uma preocupação com o projeto como um todo", avalia.

FAZENDA

A fazenda é o centro do veto mais polêmico imposto ao PDOT: o corte no parágrafo 1º do artigo 19. A medida visa impedir que a região ao sul da BR-251 (Brasília-Unai), em Santa Maria, seja definida como Zona Urbana de Dinamização. A proposta original do PDOT, elaborada pelo governo, a conceituava como Zona Rural de Uso Controlado. Da forma como estava, não havia como o grupo OK, de propriedade do deputado Luiz Estevão, implantar por lá, na sua Fazenda Santa Prisca, uma cidade para 140 mil habitantes, a OKlândia. Os deputados alteraram a redação do projeto.

O governador *canetou* ainda a possibilidade de os deputados elaborarem projetos que alteram os padrões de construção, o artigo 78. Vetou dois parágrafos do artigo 22 que atrelavam a regularização de condomínios aos Planos Diretores Locais (PDLs) de cada cidade. Condenou o parágrafo 5º do artigo 19 e o 6º do artigo 31 porque, entre outras coisas, inviabilizava o direito de o governo condenar um parcelamento de terra.

Para Luiz Filipe, da OAB, o veto ao artigo 78 foi um erro. "Entendo que é perigoso restringir a prerrogativa de legislar sobre o gabarito dos prédios ao Executivo. Na Câmara está representada a sociedade. E ela tem o direito de opinar sobre as mudanças que quer", opina. Aos outros itens ele não faz restrição.

O empresário Lindberg Aziz Cury, presidente da Federação das Associações Comerciais, acompanha os passos do PDOT desde o início. "O projeto nos pareceu ótimo

mas com relação a essa fazenda é preciso ver se o governo tem recurso para bancar a infra-estrutura de uma nova cidade. Acho que o momento é de se pensar em estimular renda para resolver o desemprego que temos hoje e não atrair mais gente", avalia.

Primeira voz a se levantar contra a mudança da destinação da Fazenda Santa Prisca, o presidente da Associação dos Dirigentes do Mercado Imobiliário (Ademi), Paulo Octávio, aposta na manutenção do veto. "Elaboramos um documento com 20 pontos que justificam o conceito de Zona Rural, mas destaco três. As zonas urbanas que temos hoje suportam mais 800 mil habitantes. Não há por que se criar cidades. Lúcio Costa determinou que aquela região deveria ser preservada como suporte bucólico. Os transportes urbanos estão orientados no sentido oeste/sudoeste e não naquela direção", afirma.

VIZINHANÇA POLÊMICA

Por estar na mesma área da Fazenda Santa Prisca, dois projetos de interesse dos industriais brasileiros estão prejudicados: o Porto Seco e o Distrito Industrial. "Como a medida atingiu toda a região, fica tudo parado até que se defina essa situação", explica o presidente da Federação das Indústrias (Fibra), Lourival Dantas.

Dantas disse que os empresários ligados à Fibra esperam que o governo desmembre os projetos industriais da polêmica criada pela tentativa de urbanizar a área. "Precisamos com a maior urgência de um local definido para a implantação da indústria. Eu não posso trazer uma empresa para Brasília e dizer ao empresário: olhe, talvez você possa se instalar em Santa Maria, ou sabe-se lá aonde", conta Lourival Dantas.